

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS - PEPI

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO HÍDRICA E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DA PARAÍBA - PSHPB-2

João Pessoa, outubro, 2025

DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DE STAKEHOLDERS	FORMULAÇÃO PARTICIPATIVA E VALIDAÇÃO DO PEPI
<p>Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos - SEIRH</p> <p>Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA</p> <p>Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA</p>	<p>Unidade Gestora do Projeto – UGP/SEIRH</p> <p>Virgiane da Silva Melo Coordenadora da UGP/SEIRH</p> <p>Bárbara Meira de Oliveira Engenheira e Gestora Ambiental</p> <p>Unidade Implementadora do Projeto - UIP/CAGEPA</p> <p>Laudízio da Silva Diniz Coordenador UIP/CAGEPA</p> <p>Maria Madalena Lima Assistente Social</p> <p>Gerência de Meio Ambiente e Ação social- GEMA/CAGEPA</p> <p>Carolina Baracuchy Amorim Arruda Sacuma Gerente de Meio Ambiente</p> <p>Lígia Maria Costa de Andrade Subgerente de Ação Social</p> <p>Marcia Sales Cavalcanti Dias Estagiária de Serviço Social</p> <p>Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos - AESA</p> <p>Ana Emília Duarte B. Paiva Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos - AESA</p> <p>Bianca Maria Limeira de Azevedo Subgerente de Planejamento</p> <p>Larissa Freitas Farias Subgerente de Planos</p> <p>Reginaldo Moura Brasil Neto Subgerente de Estudos</p>

APRESENTAÇÃO

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) do Projeto de Modernização, Ampliação e Melhoria da Eficiência da Gestão Hídrica e da Prestação dos Serviços de Saneamento da Paraíba (PSHPB-2) estabelece uma abordagem estruturada, transparente e inclusiva para dialogar com todos os públicos afetados ou interessados ao longo do ciclo do projeto. Seu propósito é garantir a divulgação de informações de forma clara e oportuna, promover consultas significativas com as partes interessadas e garantir o tratamento ágil e justo de manifestações. Busca, assim, fortalecer o apoio ao Projeto, reduzir possíveis resistências e minimizar impactos ao longo de sua implementação.

Para isso, o PEPI define, dentre outros pontos: (i) públicos e responsabilidades, (ii) canais e fluxos de comunicação, (iii) mecanismos de consulta e participação, (iv) procedimento de gestão de reclamações e conflitos, e (v) indicadores de monitoramento. A participação ativa das partes interessadas orienta decisões e ações, assegurando que o andamento, os impactos e os benefícios esperados sejam comunicados regularmente, com espaço para comunicação qualificada.

Em síntese, o PEPI é a ferramenta de governança social do PSHPB-2: promove diálogo contínuo, consolida confiança e parceria com as comunidades e instituições envolvidas, e apoia a tomada de decisão, a gestão de riscos e impactos socioambientais e a maximização de benefícios nas áreas de implantação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo geral:	7
2.2 Objetivos específicos:	8
3 DESCRIÇÃO DO PROJETO	8
4 ATIVIDADES ANTERIORES DE ENGAJAMENTO	9
4.1 Aprendizados e Acúmulos do PSH-PB	9
4.2 Orçamento Democrático (ODE).....	21
5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS.....	23
5.1 Indivíduos ou Grupos Desfavorecidos/Vulneráveis.....	24
6 ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO	27
6.1 Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas	29
6.2 Reporte às partes interessadas	32
6.3 Cronograma de Engajamento.....	32
7 RECURSOS E RESPONSABILIDADES.....	35
8 MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES	39
9 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS.....	42
9.4.1 Relatórios Internos	47
9.4.2 Relatórios Públicos e Devolutivas.....	48
ANEXOS	49

QUADROS

Quadro 1 - Ações desenvolvidas contempladas no PEPI	12
Quadro 2 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao esgotamento sanitário	22
Quadro 3 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao abastecimento de água	22
Quadro 4 - Indivíduos e Grupos Desfavorecidos ou Vulneráveis	24
Quadro 5 - Meios de comunicação, canais de ouvidoria e estratégias de divulgação e envolvimento das partes interessadas do Projeto	30
Quadro 6 - Ações de engajamento.....	31
Quadro 7 - Cronograma do PEPI vinculado às etapas do Projeto	33
Quadro 8 - Responsabilidades institucionais pela implementação e custos previstos por atividade para a execução do PEPI.....	36
Quadro 9 - Estimativa de Custos para as Atividades de Engajamento do PEPI- PSH2/PB	37
Quadro 10 - Responsabilidade das instituições diretamente envolvidas com o Projeto.....	38
Quadro 11 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação do PEPI.....	46

VERSÃO PARA CONSULTA

SIGLAS

Para uma uniformização de entendimento estão a seguir apresentados os significados das siglas utilizadas neste Plano de Engajamento de Partes Interessadas - PEPI:

AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ARPB	Agência de Regulação do Estado da Paraíba
BIRD	<i>International Bank for Reconstruction and Development — World Bank</i>
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
DBM	<i>“Design, built and maintenance”</i>
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MGSA	Marco de Gestão Socioambiental
MOP	Manual Operacional do Projeto
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PGSA	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIB	Produto Interno Bruto
POA	Plano Operativo Anual do Programa
PRI	Plano de Reassentamento Involuntário
PSH-PB	Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba
RMJP	Região Metropolitana de João Pessoa
SDH	Secretaria de Desenvolvimento Humano
SEIRH	Secretaria de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos
SEMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba
UGP	Unidade Gestora do Projeto
UIP	Unidade Implementadora do Projeto

1 INTRODUÇÃO

O **Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba – PSHPB-2** dá continuidade às ações estruturantes desenvolvidas na primeira fase do programa, com o objetivo de consolidar uma gestão eficiente, integrada e sustentável dos recursos hídricos no estado da Paraíba. O Projeto concentra-se em fortalecer a resiliência hídrica frente aos desafios climáticos, ampliando a infraestrutura e a capacidade institucional do Estado para gerir, conservar e utilizar de forma racional os recursos hídricos disponíveis. Além disso, o programa incorpora uma forte dimensão social e ambiental, promovendo a inclusão de comunidades vulneráveis e a preservação dos ecossistemas associados às bacias hidrográficas.

A iniciativa está alinhada às políticas públicas municipais, estaduais e nacionais voltadas para recursos hídricos, saneamento e meio ambiente, contemplando investimentos em infraestrutura, ações de fortalecimento institucional e medidas de proteção ambiental. Além disso, o projeto está em desenvolvimento de acordo com o Quadro Ambiental e Social (QAS) do BIRD.

Conforme estabelecido na Norma Ambiental e Social 10 (NAS 10) sobre Engajamento e Divulgação de Partes Interessadas, as agências de implementação de projetos devem fornecer às partes interessadas informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis e consultá-las de maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

O PEPI visa promover o engajamento efetivo das partes interessadas, incentivando a gestão participativa por meio de mecanismo capazes de viabilizar a participação da população, inclusive via consultas, aproveitando o conhecimento, a experiência e as capacidades dos indivíduos e grupos afetados e interessados, e alcançar a sustentabilidade da intervenção com transparência, constância e compromisso durante todo o ciclo de implementação do Projeto.

2.2 Objetivos específicos:

- Informar as partes interessadas sobre o Projeto, buscando sua participação e envolvimento durante todo o processo de execução.
- Promover a divulgação do Plano de Engajamento junto aos interessados, mobilizando as famílias que ocupam a área de interesse para integrar as instâncias participativas, conferindo validação e legitimidade à iniciativa.
- Promover a gestão das ações necessárias para a execução do Projeto bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão da proposta do Projeto.
- Sensibilizar e conscientizar as famílias afetadas, bem como a população do entorno quanto a sustentabilidade do Projeto e do meio ambiente.
- Minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários através de ações de divulgação e informações de caráter socioeducativas.
- Articular parcerias com instituições, liderança e grupos comunitários, visando a implementação das diversas etapas do Projeto, fomentando a conscientização sanitária e ambiental, por meio dos programas de engajamento comunitário.
- Promover a divulgação, assegurando a transparência e o acesso às informações geradas pelo Projeto, garantindo o engajamento dos diferentes públicos.
- Articular os setores envolvidos e as instituições a fim de contribuir com o desenvolvimento das aquisições do Projeto.

3 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O PSHPB-2 está estruturado em três componentes integrados, que se articulam diretamente com o tema da segurança hídrica e com aspectos essenciais de inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Cada componente reúne ações estratégicas que, de forma complementar, visam fortalecer a gestão estadual dos recursos hídricos, ampliar a oferta dos serviços de saneamento e aprimorar a capacidade de gestão e execução do Projeto.

Componente 1 – Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos - (AES)

Este componente tem por objetivo aperfeiçoar a gestão proativa dos recursos hídricos em todo o estado da Paraíba, com foco na consolidação dos instrumentos de gestão, no aprimoramento do controle da quantidade e qualidade das águas e na preservação e mitigação dos impactos de eventos extremos, como secas e inundações.

Componente 2 – Saneamento - (CAGEPA)

Este componente compreende as ações voltadas para melhorar e expandir os sistemas de abastecimento de água em áreas urbanas e rurais do estado. Entre as principais intervenções, destacam-se:

- i) a melhoria e ampliação das redes de distribuição dos sistemas de abastecimento de água em 20 sedes municipais localizadas nas regiões do Agreste e da Borborema;
- ii) o combate das perdas de água no sistema de distribuição da RMJP;
- iii) a implantação da 2ª Adutora de água Tratada do Sistema Gramame, ampliando a oferta de água na RMJP; e
- iv) melhorias e ampliações no sistema de tratamento dos esgotos sanitários da RMJP.

Componente 3 – Gestão do Projeto - (SEIRH)

Este componente apoiará a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) no fortalecimento de sua capacidade técnica e administrativa, visando assegurar a gestão e a implementação eficaz do Projeto, com foco na execução, no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação das ações.

4 ATIVIDADES ANTERIORES DE ENGAJAMENTO

4.1 Aprendizados e Acúmulos do PSH-PB

Desde 2018, o PSH-PB vem conduzindo ações estruturantes para elevar a segurança hídrica e a qualidade dos serviços de água no Estado, com foco em quatro frentes integradas: (i) ampliação e modernização da infraestrutura hídrica (adutoras, reservatórios, barragens e

sistemas de abastecimento); (ii) eficiência operacional e redução de perdas; (iii) fortalecimento da gestão de recursos hídricos e do monitoramento hidrometeorológico, e (iv) salvaguardas socioambientais e participação social. Para tanto, foram realizados investimentos em obras e equipamentos, estudos técnicos, sistemas de telemetria e automação, além de capacitações voltadas aos órgãos setoriais e operadores locais.

A implementação do projeto tem ocorrido por articulação interinstitucional entre SEIRH, AESA, CAGEPA e parceiros municipais, com participação ativa de comunidades e de instâncias de controle social. Ao longo do ciclo, o Estado promoveu consultas públicas, audiências e escutas qualificadas, amparadas por instrumentos como o Marco de Gestão Socioambiental (MGSA) e o Marco de Reassentamento (MRI), assegurando transparência, registro de contribuições e tratamento tempestivo de manifestações. Esse acúmulo de experiências orienta o planejamento das intervenções, o desenho de medidas de mitigação e a inclusão social nos territórios impactados.

Durante a execução do PSH-PB, destacaram-se a mobilização social e o fortalecimento das instâncias de participação, por meio de seminários, processos de consultas, reuniões territoriais e apoio a fóruns e conselhos municipais e de bacia. Também foram promovidos espaços específicos para grupos prioritários e vulneráveis, de modo a respeitar especificidades culturais e garantir participação efetiva nos processos decisórios.

Desde o início do Projeto em 2018, o PSH-PB, estruturou um processo contínuo de envolvimento das partes interessadas, iniciado com a 1ª Audiência Pública em 15 de fevereiro de 2018 (João Pessoa), quando foram apresentados e debatidos o Termo de Referência da Avaliação Socioambiental e os instrumentos de salvaguardas do Projeto. Participaram dessa reunião cerca de 57 pessoas, entre conselhos, órgãos de controle, comitês de bacia e entidades estaduais, cujas contribuições orientaram o desenho do processo consultivo subsequente. O relatório desta consulta encontra-se no Anexo 2 deste documento.

Na sequência, atendendo à recomendação de ampliar a participação no interior do estado, realizaram-se duas audiências regionais sobre o Marco de Gestão Socioambiental, documento balizador das ações socioambientais do PSH-PB, em 20 e 21 de novembro de 2018, nas cidades

de Sumé e João Pessoa, para apresentar os principais impactos socioambientais (positivos e negativos) e as respectivas medidas de mitigação; as sugestões dos participantes foram analisadas e incorporadas à versão final do documento.

Nessas reuniões, registrou-se a presença de representantes da população, prefeituras, órgãos reguladores e associações comunitárias, com 37 participantes no primeiro dia e 47 no segundo. A dinâmica incluiu apresentações, espaço para dúvidas e encaminhamentos formais.

Ao longo da preparação e implementação do Projeto, o Estado manteve mecanismos de diálogo e resposta a demandas — incluindo divulgação prévia em jornais e canais oficiais, audiências presenciais e tratamento de manifestações via Ouvidoria Geral do Estado (Decreto nº 34.147/2013) assegurando transparência, participação significativa e retorno às contribuições e indagações recebidas.

A concepção do PSHPB-2 ancora-se no percurso do PSH-PB e aprofunda as ações do ciclo anterior, com ênfase no fortalecimento da agenda ambiental, no aumento da resiliência climática frente à variabilidade de chuvas e secas, e na promoção da inclusão socioambiental. O novo ciclo ampliará mecanismos participativos e consultivos, estimulando o empoderamento social por meio de soluções integradas e pactuadas em diálogo com os envolvidos (comitês de bacia, conselhos setoriais, lideranças comunitárias, usuários, prestadores locais, dentre outros).

O Quadro 1 sintetiza as ações previamente desenvolvidas e incorporadas neste PEPI. Detalhamentos adicionais de algumas dessas atividades constam nos Anexos 3, 4 e 5.

Quadro 1 - Ações de engajamento desenvolvidas para a preparação do projeto

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Mobilização em Defesa da Água - Areia, Boqueirão, Santa Rita e João Pessoa	SEIRH, AESA, CAGEPA, CBHs e sociedade civil	19 até 22 de março de 2024	Promoção de engajamento dos entes do sistema	Integração dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos no estado	Componentes: 1, 2 e 3 Comunicação e Participação / Benefício: engajamento social e educação ambiental
Visitas técnicas diversas	AESA, CBHs e sociedade civil	18, 20 e 21 de março de 2024	Promoção do reconhecimento da área pelos CBHs	Qualificação da participação pública nos CBHs	Componente 1 – Fortalecimento Institucional / Benefício: suporte técnico à gestão hídrica.
Consulta Pública para apresentação do Plano de Reassentamento Involuntário referente à obra da Estação de Tratamento - ETE Baixo Paraíba	SEIRH, CAGEPA, Comunidade diretamente e indiretamente afetada, sociedade civil e diversas instituições públicas municipais e estaduais	02 de abril de 2024	Ajustes no texto para melhor esclarecimento sobre a Indenização da Terra Nua: Metodologia para Cálculo do Valor; Inserção da medida compensatória; Apoio ao acesso aos programas de saúde do trabalhador e de saúde mental em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde; Ajustes na metodologia da medida compensatória relacionada a Compensação Monetária com Base em Salário; Inclusão de avaliação de benfeitorias – Tanque de Criação de Peixes e Estrutura de Lavagem de Veículos	Redação da versão final do Plano de Reassentamento Involuntário com a inclusão das pertinentes sugestões dos participantes	Componente 2 - Saneamento/ O PRI já foi desenvolvido e possui Não Objeção do Banco Mundial, contudo, sua implementação se dará durante o PSHPB - 2

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Reunião da Câmara Técnica de Gestão Integrada - CTGI	CERH, SEIRH, AESA, CAGEPA e técnicos setoriais	17 de abril de 2024	Análise, aprovação e emissão do parecer sobre o Relatório do PROGESTÃO 2023 - 3º Ciclo	Aprovação do relatório PROGESTÃO - 3º Ciclo	Componente 1 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: suporte técnico à gestão hídrica
Consultas Públicas para apresentação dos resultados da última fase do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte e Litoral Sul “Metas, Programas e Medidas Emergenciais” e “Diretrizes para Implementação do PRHBHL” - Areia e João Pessoa	AESA, SEIRH, CAGEPA, sociedade civil e prefeituras locais	25 e 26 de abril de 2024	Acompanhamento da elaboração do Plano da bacia hidrográfica	Integração dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos no estado	Componentes: 1 e 3 Recursos Hídricos Benefício: aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos
Oficina participativa do Estudo de Aprimoramento Normativo e Operacional da Outorga de Direito de Usos e Pactos de Gestão	AESA, SEIRH, servidores técnicos e gestores municipais.	22 de maio de 2024	Foram apresentadas as principais queixas dos servidores da AESA para que fossem apontadas as estratégias de melhorias operacionais pelo estudo; as demandas apresentadas pelas demais participantes dessa oficina foram consideradas para determinações técnicas no estudo	Foram obtidas contribuições para consolidar ações e normativos dirigidos ao aprimoramento do instrumento de outorga e de licença de obras hídricas no estado da Paraíba, bem como para subsídios aos pactos de gestão	Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: aperfeiçoamento da regulação e eficiência operacional

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
<p>I Encontro Regional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil - Nordeste e II Simpósio Paraibano de Recursos Hídricos</p>	<p>FNCBH, AESA, SEIRH, CAGEPA, CBHs e estados do Nordeste</p>	<p>27 até 30 de maio de 2024</p>	<p>O FÓRUM NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL – FNCBH, diante da necessidade de melhor conhecer as diferentes realidades na gestão dos recursos hídricos no Brasil, cuja dimensão é continental, entendeu por realizar bianualmente, encontros regionais intercalados com o ENCOB – ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIAS. Assim surgiu, de forma inédita, eventos a serem realizados nas diversas regiões do Brasil, tendo a Paraíba, de forma pioneira, em decorrência do seu desenvolvimento na qualidade de gestão dos recursos hídricos, sido escolhida para sediar o I ENCONTRO REGIONAL DE COMITÊS DE BACIA -ERCOB Nordeste.</p>	<p>Promoveu a troca de conhecimento e cooperação na Gestão dos Recursos Hídricos entre os Estado de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe</p>	<p>Componente 1, 2 e 3 Comunicação e Participação / Benefício: cooperação técnica e regional</p>
<p>II - Simpósio Paraibano de Segurança de Barragens</p>	<p>AESA, SEIRH, CAGEPA e órgãos parceiros</p>	<p>13 e 14 de agosto de 2024</p>	<p>Partilha de conhecimentos sobre segurança de barragens</p>	<p>Ampliação do conhecimento sobre segurança de barragens</p>	<p>Componente 1 – Fortalecimento Institucional / Benefício: aprimoramento técnico e gestão de riscos</p>

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
Reuniões da Câmara Técnica de Temas Especiais - CTTE	CERH, SEIRH, AESA e técnicos setoriais	16/04/2024, 23/09/2024	Analisar, aprovar e emitir Parecer sobre a Prestação de Contas do FERH, referente ao ano de 2023; analisar e aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para 2025 e emitir Parecer para apresentação ao CERH	Aprovação do parecer de prestação de contas do ano anterior e aprovação do plano de aplicação do ano vindouro	Componente 1 – Fortalecimento Institucional / Benefício: suporte técnico à gestão hídrica.
1ª rodada de consultas públicas - Atualização do Plano da bacia hidrográfica do Rio Paraíba (PRH-RPB) - Itabaiana, Campina Grande e Monteiro	AESA, SEIRH, CAGEPA, sociedade civil, CBHs, instituições locais	04, 05 e 06 de novembro de 2024	Sugestões para bolsas educacionais voltadas a estudos de recursos hídricos e maior mobilização comunitária; Banco do Nordeste foi mencionado como um agente com programas de incentivo, particularmente na carcinicultura; Questões como a recuperação de áreas degradadas, dessalinização e reuso de água foram apontadas como prioridades, com menção a iniciativas do INSA voltadas ao saneamento rural; Foi abordado o impacto da irrigação, destacando o potencial de desenvolvimento com base em mais de 60 hectares irrigados na Vila Lafayette. Falta de abastecimento regular de água em Monteiro e outras comunidades, com destaque para Mulungu e Riacho Verde, onde o acesso se dá principalmente via carros-pipa, muitas vezes insuficientes; os eventos presenciais discutiram principalmente a grave falta de água nos três municípios, com a população dependendo de carros-pipa para o abastecimento. Em Itabaiana e Campina Grande, a escassez de água foi atribuída aos impactos das barragens, enquanto em Monteiro, a situação foi relacionada à	Os apontamentos dos participantes são considerados parte da elaboração do referido plano, tornando o processo interativo, no qual as pessoas que residem nas localidades afetadas passam a ser ouvidas	Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: aprimoramento da governança participativa

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
			construção do PISF; necessidade de preservar as nascentes e mananciais. Houve discussões sobre a criação de conexões entre rios ou o estabelecimento de novas adutoras para melhorar o fornecimento de água		
10 Reuniões dos CBHs estaduais (PB, Litoral Norte, Litoral Sul)	CBHs, AESA, SEIRH, sociedade civil e usuários de água	Ao longo do ano de 2024	Deliberações ordinárias e extraordinárias ocorridas no âmbito dos CBHs	Integração dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos no estado	Componente 1, 2 e 3 – Comunicação e Participação / Benefício: fortalecimento da gestão descentralizada
Reuniões do CERH	CERH, SEIRH, AESA, SEMAS, CAGEPA e representantes da sociedade civil	24/04/2024, 31/07/2024, 25/09/2024, 04/12/24	Posse de Conselheiros; Apresentação do Relatório do PROGESTÃO 3º Ciclo, Ano I; Apresentação do Relatório de Despesas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH relativo ao período janeiro a dezembro de 2024; e apresentação da Proposta para revisão do mandato dos membros das Câmaras Técnicas; Posse de Conselheiros; Apresentação do Projeto Corredor das Águas – Jancerlan Gomes Rocha, da SEMAS; e apresentação do Projeto Energia Renovável e Hidrogênio; Posse de Conselheiros; Apresentação do Plano de Aplicação dos Recursos do FERH para 2025; e apresentação do Projeto Energia Renovável; Apresentação do Relatório Anual da AESA e Apresentação do SINDALCOOL.	Processos formais de participação pública; Resolução CERH Nº 043/2024 - Aprova o Plano de Capacitação 2024-2027; Resolução CERH Nº 044/2024 - Aprova o Relatório do PROGESTÃO 2023; Resolução CERH Nº 045/2024 - Instituinto o calendário das reuniões ordinárias do CERH para o ano de 2025	Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: consolidação da governança hídrica

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
<p>2ª rodada de consultas públicas - Atualização do Plano da bacia hidrográfica do Rio Paraíba (PRH-RPB) - Mogeiro, Boqueirão, Campina Grande e Monteiro</p>	<p>AESA, SEIRH, CAGEPA produtores rurais, CBHs e comunidades locais</p>	<p>02 até 05 de junho de 2025</p>	<p>Falta de manutenção da barragem de Acauã, relatando infiltrações, rachaduras, falta de energia e risco de colapso; A distribuição da água também foi criticada, mencionando que diversas comunidades ainda dependem de carro-pipa, mesmo com a presença do canal da transposição; Dificuldades técnicas enfrentadas por produtores rurais na captação da água de forma segura, sem comprometer a estrutura do canal; Criticaram a priorização do projeto Acauã-Araçagi, por entender que favorece grandes produtores em detrimento dos pequenos agricultores da região de Boqueirão; Defenderam que o Açude Epitácio Pessoa seja tratado como prioridade e apontaram perdas significativas por evaporação em reservatórios como Camalaú e Poções; Foi sugerida a criação de uma política de cobrança justa pelo uso da água, para combater o desperdício e promover o uso responsável; Compartilharam a experiência de sua visão como moradores locais, com relato de abandono histórico da população rural; Propuseram a criação de políticas que incentivem tecnologias de irrigação eficientes, até mesmo para pequenos produtores e houve críticas à burocracia para instalação de cisternas, defendendo a simplificação de processos</p>	<p>Houve participante que foi ouvido na primeira rodada e na segunda trouxe novamente a consideração, e, para surpresa dele, já havia sido incorporada ao ponto de ser considerada na cenarização que a empresa estava apresentando naquele momento. Além disso, diversos participantes congratularam a ação e alguns afirmaram ser a primeira vez que entravam em contato com esse tipo de discussão técnica</p>	<p>Componentes: 1, 2 e 3 Fortalecimento Institucional / Benefício: inclusão social e uso sustentável dos recursos hídricos</p>

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
2º Fórum Brasil das Águas	SEIRH, AESA, CBHs, instituições públicas e privadas	05 até 08 de maio de 2025	Criação de espaços para debates com instituições, CBHs, governos e demais entes dos sistemas de recursos hídricos de vários estados do Brasil. Esse foi um grande evento, com duração de quatro dias, nos quais foram promovidos debates sobre todos os instrumentos de gestão de recursos hídricos: estudos sobre atualização de cobrança, sustentabilidade financeira do sistema integrado de recursos hídricos, outorga, apresentação dos cenários do plano do Rio Paraíba ao grupo de acompanhamento técnico, havendo contribuições desse grupo no sentido do balanço hídrico apresentado considerar o aporte hídrico do PISF.	Interlocação sobre recursos hídricos	Componentes: 1, 2 e 3 Comunicação e Participação / Benefício: integração e visibilidade institucional
Reunião técnica com Secretaria Municipal de Educação (SEDEC)	CAGEPA, SEDEC	06 de outubro de 2025	Foram identificadas demandas relacionadas à baixa conscientização dos estudantes com relação ao saneamento básico e a falta de integração efetiva de conteúdos relacionados à educação sanitária e ambiental nos currículos escolares; Assim, foram indicadas como soluções a articulação intersetorial e a realização de atividades educativas nas escolas com estudantes e profissionais da educação	Incluir ações de educação sanitária e ambiental realizadas pela CAGEPA no cronograma das escolas inseridas nas localidades afetadas/beneficiadas; Articulação/Capacitação dos profissionais da educação para que se tornem multiplicadores socioambientais	Componente 2 - Saneamento/ Benefício: engajamento social e educação ambiental

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
<p>Reunião técnica com Secretaria Municipal de Saúde (SMS)</p>	<p>CAGEPA, SMS</p>	<p>07 de outubro de 2025</p>	<p>Apontou-se o déficit de saneamento básico em territórios mais vulneráveis que impactam diretamente na qualidade de vida e saúde da população;</p> <p>Baixa conscientização populacional sobre a relação entre saneamento básico e saúde pública; Iniquidades em saúde/desigualdades de acesso a serviços e informações.</p> <p>Como soluções, identificou-se a necessidade de melhor articulação intersetorial, apoio da secretaria para realização de atividades junto aos usuários da saúde e os profissionais, além da necessidade no desenvolvimento de ações que contemplem a diversidade para promoção de equidade</p>	<p>Oficinas e palestras nos serviços da atenção especializada (Centros de atenção psicossocial, Policlínicas, Centro de Reabilitação e Cuidados da Pessoa com Deficiência, Policlínica Municipal da Pessoa Idosa, entre outros), de modo a promover diversidade na participação e equidade no acesso às ações e serviços a serem ofertados;</p> <p>realizar reuniões nos distritos sanitários com os Agentes Comunitários de Saúde e Agente de combate a endemias para formar multiplicadores;</p> <p>Oferta do espaço físico dos serviços de saúde para a realização das atividades e para a afixação e distribuição de panfletos e cartazes de caráter informativo</p>	<p>Componente 2 - Saneamento/ Benefício: engajamento social e educação ambiental</p>

VERSÃO PRELIMINAR

Ação desenvolvida	Parte Interessada	Data	Demandas /soluções apontadas	Principais resultados	Componente enquadrado/benefício
<p>Reunião técnica com Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC)</p>	<p>CAGEPA, SEDHUC</p>	<p>09 de outubro de 2025</p>	<p>Existem demandas relacionadas à cobertura insuficiente de serviços de saneamento básico em áreas periféricas/mais vulneráveis; Dificuldades na inclusão e acesso à tarifa social.</p> <p>Como sugestão para melhorias, aparece a busca ativa para orientação e inclusão na tarifa social e inclusão de atividades de educação sanitária e ambiental nas áreas mais vulneráveis</p>	<p>Ações em conjunto com a secretaria nas comunidades para orientações e inclusão na tarifa social, garantindo mais alcance das informações e dos atendimentos relacionados ao benefício; Reuniões com as equipes dos equipamentos sociais do território afetado/beneficiado; Ações socioeducativas nos equipamentos sociais para educação sanitária/ambiental; A CAGEPA pode integrar a 'Caravana do Cuidar' promovida pela Secretaria nas comunidades</p>	<p>Componente 2 - Saneamento/ Benefício: engajamento social e educação ambiental</p>

VERSÃO PARA CONSULTA

4.2 Orçamento Democrático (ODE)

Uma importante ferramenta de consulta pública utilizada na definição das ações do PSHPB-2 tem sido o Orçamento Democrático Estadual (ODE). Implantado na Paraíba em 2011 — inspirado na experiência iniciada em João Pessoa, em 2005 — o ODE promove o diálogo direto entre sociedade e governo, democratizando decisões e alinhando prioridades da população à aplicação dos recursos públicos. Ao longo dos anos, consolidou-se como instrumento de educação para a cidadania, permitindo que os cidadãos compreendam as funções e limites do Estado e participem ativamente das decisões sobre o uso do orçamento.

O processo do ODE envolve assembleias regionais, nas quais a população elege conselheiros estaduais e regionais para o Conselho do ODE. Esses conselheiros contribuem nas discussões sobre as realidades locais e o planejamento governamental nas diferentes regiões geoadministrativas, influenciando diretamente a definição de prioridades de investimento. As deliberações das plenárias são consideradas na elaboração do orçamento estadual, reforçando o compromisso com transparência, participação e equidade territorial.

Em 2025, o Governo do Estado deu continuidade às plenárias do ODE, com calendário entre abril e agosto, cobrindo todas as regiões geoadministrativas do estado. O PSHPB-2 reconhece a relevância estratégica do ODE como mecanismo legítimo de escuta e planejamento participativo.

Com o encerramento do ciclo de Audiências Regionais do ODE-2025, as demandas relativas à segurança hídrica, à ampliação do acesso à água, à eficiência e confiabilidade do abastecimento e ao esgotamento sanitário foram sistematizadas e estão apresentadas nos Quadros 2 e 3, que sintetizam as manifestações da população nos temas esgotamento sanitário e abastecimento de água. Os percentuais refletem a votação da população em cada tema, desagregada nas categorias construção, reforma/ampliação, implantação e aquisição de novos sistemas. Essas prioridades foram incorporadas ao marcador orçamentário do ODE no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2026.

Quadro 2 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao esgotamento sanitário

ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
PERCENTUAL	TIPO DE AÇÃO
69,20%	CONSTRUÇÃO
16,10%	REFORMA/AMPLIAÇÃO
9,70%	IMPLANTAÇÃO
5,00%	AQUISIÇÃO

Fonte: ODE - PB (2025)

Quadro 3 - Percentual de votos dentro das ações relacionadas ao abastecimento de água

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
PERCENTUAL	TIPO DE AÇÃO
46,00%	CONSTRUÇÃO
25,10%	IMPLANTAÇÃO
19,30%	REFORMA/AMPLIAÇÃO
9,60%	AQUISIÇÃO

Fonte: ODE - PB (2025)

Observa-se que, tanto em esgotamento sanitário quanto em abastecimento de água, a preferência da população concentra-se em ações de construção (69,2% e 46,0%, respectivamente). Esse padrão evidencia a demanda por novas obras que promovam melhorias nas condições de saneamento no estado da Paraíba.

À luz desses resultados, o PSHPB-2 reforça a agenda de segurança hídrica, com ênfase na expansão da cobertura por meio de investimentos em novas infraestruturas. Essas iniciativas serão acompanhadas de mecanismos de acompanhamento social, assegurando transparência, participação e aderência às expectativas públicas.

5 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de identificação das partes interessadas é uma etapa essencial para que se possibilite seu efetivo engajamento e deve ser executado de forma contínua ao longo do projeto.

Entendem-se por partes interessadas as pessoas, grupos, organizações da sociedade civil, instituições públicas ou privadas, e demais atores que (i) são ou podem ser afetadas — direta ou indiretamente, de forma positiva ou negativa — pelas atividades, produtos ou resultados do Projeto; e/ou (ii) têm interesse legítimo no Projeto e capacidade de influenciar seus desfechos.

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

- Participam na implementação e coordenação do Projeto (P);
- Influenciam diretamente a implementação do Projeto (ID);
- Influenciam indiretamente a implementação do Projeto (II);
- Afetados diretamente pelos resultados do Projeto (AD);
- Afetados indiretamente pelos resultados do Projeto (AI).

A identificação dos representantes de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. Representantes legítimos podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas.

A identificação de representantes legítimos é essencial para que não existam problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados.

Além disso, as partes interessadas abrangem atores para além das comunidades diretamente afetadas, como organizações não governamentais e grupos da sociedade civil (em níveis local e nacional), empresas e prestadores de serviços na área do projeto, bem como órgãos e agentes governamentais.

O Anexo 1 contém a relação das partes interessadas, indicando sua atuação no Projeto, os efeitos potenciais (positivos e negativos), o nível de interesse e de influência dentro do Projeto.

5.1 Grupos e Indivíduos em Situação de Vulnerabilidade

Torna-se fundamental identificar os grupos sociais que estão em situação de vulnerabilidade, por gênero, condição socioeconômica, cultural ou com necessidades especiais, a fim de assegurar que suas demandas específicas sejam consideradas nas etapas de planejamento, implementação e monitoramento do Projeto. A adequada inclusão desses públicos contribui para a promoção da equidade social e da igualdade de gênero, e para o fortalecimento do acesso a direitos fundamentais, em consonância com os princípios de participação social e não discriminação.

Apresenta-se, no Quadro 4, uma síntese dos principais indivíduos e grupos identificados, suas características e necessidades, bem como os mecanismos mais adequados para garantir sua efetiva participação ao longo do processo.

As demandas dos grupos vulneráveis configuram prioridade transversal, a ser incorporada à implementação deste PEPI e às contratações do PSHPB-2, de acordo com as necessidades identificadas.

Quadro 4 - Indivíduos e Grupos Desfavorecidos ou Vulneráveis

Grupo ou indivíduos vulneráveis	Características e Necessidades	Meios de notificação e consulta preferidos	Alternativas para possibilitar a participação	Efeito do Projeto na Parte Interessada
Comunidades indígenas, quilombolas e ciganas	Localização remota; dificuldades logísticas e custos de infraestrutura; dependência de fontes naturais de água; vulnerabilidade à seca e à contaminação; respeito a costumes e organização social; valorização cultural e territorial; acesso a direitos sociais e produtivos; segurança alimentar e territorial	Articulações por meio de lideranças; consultas em língua materna, quando necessário; canais comunitários (rádio local); participação de lideranças femininas e jovens	Projetos participativos; inclusão dos conhecimentos tradicionais; uso de tecnologias adaptadas; descentralização da gestão	Melhoria das condições sociais e produtivas; fortalecimento da segurança alimentar e territorial
População em pobreza e extrema pobreza	Baixa capacidade de pagamento; moradia em áreas sem redes formais; maior incidência de doenças; dependência de caminhões-pipa ou poços precários; necessidade de acesso a direitos e infraestrutura básica	Visitas domiciliares; mobilização via rádios locais e associações de bairro; informação sobre programas e tarifas sociais	Tarifas sociais; inclusão em programas de proteção social; priorização no atendimento	Melhoria nas condições sociais e da qualidade de vida
Pessoas com deficiência e idosos	Necessidade de infraestrutura acessível (rampas, torneiras adaptadas, sistemas de acionamento); adaptações domiciliares; barreiras de comunicação e mobilidade	Consultas acessíveis em locais adaptados; materiais em braile, Libras e áudio; visitas domiciliares	Reuniões acessíveis; canais de participação remota; suporte individualizado; materiais inclusivos	Melhoria das condições sociais e da qualidade de vida; aumento da autonomia
Mulheres chefes de família e produtoras rurais	Responsabilidade central pelo domicílio e manejo da água; sobrecarga de trabalho; vulnerabilidade à violência doméstica; interesse em inclusão produtiva e autonomia econômica	Oficinas participativas com enfoque de gênero; reuniões em horários acessíveis; mobilização via associações de mulheres; informação sobre benefícios sociais	Programas de capacitação e liderança feminina; estratégias de prevenção da violência doméstica	Melhoria das condições sociais e produtivas; fortalecimento da autonomia e participação

Grupo ou indivíduos vulneráveis	Características e Necessidades	Meios de notificação e consulta preferidos	Alternativas para possibilitar a participação	Efeito do Projeto na Parte Interessada
Crianças e adolescentes	Maior vulnerabilidade a doenças de veiculação hídrica; impactos no crescimento, saúde e desempenho escolar; necessidade de educação em saúde e saneamento.	Participação equilibrada por sexo em atividades educativas; Atividades educativas em escolas; campanhas lúdicas; participação em grupos de jovens.	Programas de educação ambiental e em saúde; atividades culturais e esportivas integradas; envolvimento como multiplicadores comunitários.	Melhoria das condições sociais e da qualidade de vida; redução de vulnerabilidades
Jovens rurais	Dispersão geográfica; custos de deslocamento; dificuldade de acesso a redes convencionais; necessidade de soluções tecnológicas simples; interesse em capacitação técnica, geração de renda e permanência no campo; estímulo ao protagonismo juvenil e à permanência na zona rural.	Reuniões comunitárias itinerantes; rádio comunitária; agentes locais de mobilização.	Tecnologias apropriadas (cisternas, poços comunitários, sistemas individuais); fortalecimento da gestão comunitária.	Melhoria nas condições sociais e produtivas
Atingidos por Barragem	Necessidade de reconhecimento territorial; geração de renda; acesso à infraestrutura básica e produtiva; fortalecimento da organização social e cultural	Reuniões comunitárias e assembleias de reassentamento; comitês de bacia; atendimento itinerante e extensão rural; rádio comunitária	Apoio a deslocamento e horários compatíveis com o calendário agrícola; creche/acolhimento para crianças durante as reuniões; mediação de conflitos e assessoria técnica independente; oficinas de gestão da água e irrigação eficiente; capacitação para participação em conselhos/comitês; mapeamento participativo de usos do território	Melhorias nas condições sociais e da qualidade de vida

Os aspectos de vulnerabilidade potencialmente presentes são: pobreza e insegurança financeira; vulnerabilidade territorial e climática; desigualdade de gênero, raça e etnia; falta de acessibilidade e inclusão; isolamento geográfico; dependência de fontes hídricas inadequadas; exposição a riscos ambientais e climáticos; e limitações técnicas e educacionais.

As ações de envolvimento das partes interessadas serão planejadas de forma a promover a inclusão dessas pessoas e grupos, garantindo consultas diferenciadas, adaptadas às especificidades culturais e linguísticas de cada grupo, canais de comunicação acessíveis e apropriados para diferentes perfis de vulnerabilidade, medidas de mitigação específicas para reduzir impactos negativos sobre grupos vulneráveis, programas de apoio social para facilitar o acesso aos benefícios do projeto e monitoramento diferenciado dos impactos sobre populações vulneráveis.

6 ESTRATÉGIA DE ENGAJAMENTO

O PEPI adotará uma metodologia participativa, na qual as ações e atividades serão desenvolvidas de forma a valorizar as experiências e vivências das partes interessadas. O processo será reflexivo e construtivo, promovendo a assimilação de novos conceitos e práticas que incentivem mudanças de hábitos e comportamentos, com o objetivo de melhorar continuamente as condições socioambientais e implementar transformações positivas de maneira gradual e sustentável.

A partir da identificação de lacunas existentes, é possível avançar no processo reflexivo, tendo como base a teoria para ampliar a compreensão do problema e elaborar soluções respeitando as especificidades locais, exercitando, assim, a autonomia de pensamento e a tomada de decisões nos diversos contextos em que se atua, possibilitando avançar no exercício da convivência solidária e da justiça comprometida com a construção da cidadania.

A metodologia de engajamento das partes interessadas, destaca também as ações que têm por objetivo alcançar grupos vulneráveis e menos favorecidos, promovendo a inserção e o respeito aos modos de vida da comunidade.

Assim, as intervenções necessárias para desenvolvimento do PEPI, vão considerar:

- Respeito ao nível de conhecimento da comunidade sobre a realidade, ao regionalismo e a cultura local;
- Maximização e otimização de recursos, considerando o porte do investimento do Projeto e do impacto que ocasionará na sua região de abrangência;
- Respeito às normas do BIRD acerca da Gestão Ambiental, Social e Governança.

O Plano contemplará:

- Incentivo à participação comunitária e a mobilização social;
- Formalização de parcerias (articulação com instituições públicas e privadas e a sociedade civil);
- Monitoramento e acompanhamento dos mecanismos de atendimento a reclamações.

Diante da diversidade e complexidade de situações a serem enfrentadas na implementação do PEPI, cabe ressaltar a necessidade de formação de uma equipe multidisciplinar, composta por especialista social, ambiental e de comunicação, para fortalecimento da UGP, auxiliando na condução das atividades e alcance dos objetivos propostos pelo Plano.

O PEPI será dividido em etapas:

- 1ª Etapa: realização de planejamento das atividades do projeto, caracterização das partes envolvidas com o Projeto, bem como a formalização de parcerias;
- 2ª Etapa: realização de ações de engajamento, a exemplo de reuniões, consultas, palestras, oficinas, minicursos, campanhas socioeducativas e realização de pesquisa de satisfação, para mensuração dos impactos, além de outras que se fizerem necessárias.

Na vigência da execução das atividades, a equipe multidisciplinar da UGP elaborará relatórios semestrais, produzidos e registrados (fotos e relatos), em todo o decorrer do trabalho, o que será uma ferramenta comprobatória da realização das ações de engajamento.

6.1 Meios de Comunicação, Divulgação e Envolvimento das Partes Interessadas

Os meios de comunicação, divulgação e envolvimento das partes interessadas desempenham um papel fundamental na construção de relacionamentos sólidos e no estabelecimento de uma comunicação eficaz. Eles permitem que as partes interessadas tenham acesso a informações relevantes, expressem suas opiniões e preocupações, e participem ativamente do processo de tomada de decisões durante toda a fase de vida do Projeto.

Dito isso, os materiais de divulgação devem apresentar, além das informações essenciais sobre o Projeto, o Mecanismo de Atendimento a Reclamação e seus respectivos canais de acesso, para que as partes interessadas possam obter esclarecimentos, enviar perguntas e registrar manifestações.

É fundamental reconhecer os meios de comunicação, divulgação e engajamento como ferramentas centrais para o êxito do Projeto, pois esses viabilizam comunicação clara, diálogo qualificado, troca de informações e participação ativa das partes interessadas.

Diante do exposto, apresenta-se o Quadro 5, que reúne os meios de comunicação, os canais de ouvidoria e as estratégias de divulgação e engajamento das partes interessadas. O Quadro 6, por sua vez, sistematiza as ações previstas de engajamento das partes interessadas.

Quadro 5 - Meios de comunicação, canais de ouvidoria e estratégias de divulgação e envolvimento das partes interessadas do Projeto

Meio de comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
Site	Página do Projeto nos sites da SEIRH, CAGEPA e AESA	<u>Divulgação</u> : Informações gerais e oficiais sobre o Projeto, seus subcomponentes e parcerias; notícias e informações sobre as atividades; relatórios, dados de monitoramento do andamento do Projeto e avaliação de resultados
Reuniões de coordenação	Ambiente presencial ou virtual a depender da disponibilidade dos participantes	<u>Comunicação direta</u> : inicialmente reuniões mensais sobre o Plano (PEPI) por parte da equipe gestora (UGP) do Projeto
Consulta pública	No site do Projeto e em reuniões públicas	<u>Divulgação</u> : informações gerais sobre o projeto e seus instrumentos de gestão, seus subcomponentes e parcerias; notícias e informações sobre as atividades; dados de monitoramento do andamento do projeto e avaliação de resultados. <u>Comunicação direta</u> : consulta sobre documentos e planos específicos do projeto, tais como Marco de Gestão Ambiental e Social, Plano de Engajamento das Partes Interessadas, etc; interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; devolutivas após análise; monitoramento da opinião pública sobre o projeto
Diálogo Direto	Comunicação face - a - face pela equipe conhecedora do problema	<u>Mobilização e Comunicação direta</u> : mobilização e diálogo direto com as partes interessadas, por meio das equipes de implementação, nas diversas fases; parceria com as instituições e equipamentos públicos a fim de propiciar engajamento direcionado às partes interessadas
Palestras e oficinas	Presencial ou em ambiente <i>on-line</i> , previamente divulgados.	<u>Comunicação direta</u> : palestras e oficinas sobre características do projeto e temas ligados, com o objetivo de mobilizar todas as camadas sociais, ministradas por profissionais devidamente qualificados
Comunicação dirigida	Cartilhas, cartazes, panfletos, dentre outros.	<u>Comunicação direta</u> : produção de materiais informativos e ações de comunicação específicas aos beneficiários e população diretamente afetada

Quadro 6 - Ações de engajamento

Parte Interessada	Ações de Engajamento
Grupos Vulneráveis	Reuniões com representantes e líderes comunitários, divulgando o PSHPB-2; trabalhar com esses grupos suas potencialidades respeitando as suas individualidades
Trabalhadores das obras do projeto	Comunicação através de diálogos de segurança periódicos; garantir um mecanismo de atendimento a reclamações acessível e seguro
Órgãos governamentais e instituições	Estabelecer parcerias e realizar reuniões técnicas com os órgãos governamentais e instituições dos municípios abarcados pelo Projeto; compartilhar informações sobre o Projeto, seus objetivos e benefícios, buscando o apoio e a colaboração dessas entidades; estabelecer um diálogo constante para garantir a coordenação e a integração das ações relacionadas ao Projeto
Comunidades locais afetadas pelo projeto	Realização de reuniões comunitárias para informar sobre o Projeto, seus benefícios e impactos; promover um espaço de diálogo para ouvir as preocupações, dúvidas e sugestões das comunidades; estabelecer canais de comunicação contínuos para manter a população atualizada sobre o andamento do Projeto e responder às suas demandas
Lideranças comunitárias e organizações não governamentais	Promover encontros e reuniões específicas com lideranças comunitárias e organizações não governamentais para apresentar o Projeto e discutir as possibilidades de colaboração e apoio mútuo; buscar parcerias para a realização de ações complementares, como programas de educação ambiental, projetos de desenvolvimento comunitário e monitoramento dos impactos do projeto.
Fortalecimento de Gênero	Realização de evento para tratar temas relacionados à saúde física e emocional; economia familiar; autoconhecimento e autocuidado, entre outros temas que poderão surgir do contato com as mulheres da comunidade.
Fortalecimento das juventudes	Rodas de conversa e escuta ativa juvenil; Inclusão em programas jovem aprendiz; Oficinas de educação ambiental e clima
Educação sanitária e ambiental	Apresentação expositiva sobre o ciclo da água, sistema de saneamento e uso racional da água.

6.2 Reporte às partes interessadas

As partes interessadas serão mantidas informadas ao longo do avanço do PSHPB-2, por meio de relatórios sobre o desempenho do PEPI, do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) e do progresso geral do Projeto. Informações sobre o andamento das atividades também serão divulgadas nos sites institucionais, portais oficiais e redes sociais, para acompanhamento público.

6.3 Cronograma de Engajamento

O cronograma de engajamento (Quadro 9) será dinâmico e vinculado às etapas do PSHPB-2, assegurando que a comunicação seja oportuna e relevante.

VERSÃO PARA CONSULTA

Quadro 7 - Cronograma do PEPI vinculado às etapas do Projeto

Etapas do Projeto	Atividades de Engajamento	Métodos de Comunicação e Engajamento	Partes Interessadas	Observações
Planejamento e preparação	Divulgação inicial do projeto (objetivos, escopo e benefícios/impactos esperados); critério de seleção das áreas e comunidades prioritárias; diretrizes de gestão socioambiental, gênero e inclusão social; abertura do Mecanismo de Atendimento a Reclamações; consulta pública para apresentação do PEPI e demais instrumentos de gestão, dos impactos e medidas mitigadoras	Divulgação em plataformas digitais, rádios, mídias sociais, reuniões públicas, oficinas, distribuição de material informativo, consulta pública, dentre outras	População em geral, mídia local, instituições públicas e privadas; comunidades afetadas, povos tradicionais, lideranças; ONGs; conselhos municipais e estaduais; instituições de ensino e pesquisa; dentre outras	Materiais em linguagem simples e acessível; realização das atividades dentro de comunidades, com tradução se necessário; consulta pública com registro em ata
Implementação	Informações sobre o andamento físico e financeiro do projeto; Impactos e medidas mitigadoras; procedimentos de segurança, saúde e meio ambiente; diretrizes do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR); direitos e deveres dos trabalhadores e comunidades; divulgação de TRs.	Reuniões de acompanhamento e visitas de campo; painéis informativos; atendimentos presenciais e plantões sociais; divulgação de relatórios periódicos; capacitações sobre segurança e boas práticas	Trabalhadores do projeto; comunidades afetadas direta e indiretamente; Instituições públicas e privadas; empreiteiras, sindicatos; associações locais; dentre outras	MAR ativo; Promoção da participação de jovens, mulheres e grupos vulneráveis; relatórios de progresso e ajustes; relatório de avaliação participativa

Etapas do Projeto	Atividades de Engajamento	Métodos de Comunicação e Engajamento	Partes Interessadas	Observações
Operação e Gestão dos Sistemas Implantados	Procedimentos de operação e manutenção; condições de uso e critérios de acesso aos serviços; orientações sobre gestão participativa e controle social; indicadores de desempenho e eficiência operacional	Campanhas educativas e oficinas; encontros comunitários; reuniões dos comitês e conselhos de bacia; publicação de informações educativas; atualização periódica das informações em portais públicos	Usuários dos sistemas implantados; entidades de controle social; escolas, associações e lideranças locais; instituições públicas e privadas, dentre outras	As ações devem assegurar a sustentabilidade técnica e social dos sistemas, fortalecendo a corresponsabilidade dos usuários e entidades locais na gestão, manutenção e acompanhamento dos indicadores de desempenho e transparência
Monitoramento/Avaliação	Resultados alcançados por meio de indicadores de impacto social, econômico e ambiental; lições aprendidas e boas práticas; relatórios de desempenho e cumprimento de metas; ações de correção e aprimoramento contínuo; encaminhamento de demandas não resolvidas; divulgação de informações relevantes	Oficinas de avaliação participativa; divulgação de relatórios públicos e painéis de indicadores; mecanismos permanentes de ouvidoria; publicações anuais de resultados.	População beneficiada, órgãos de controle e financiamento; prefeituras e parceiros regionais; sociedade civil organizada e academia; dentre outras	Relatório de desempenho e cumprimento de metas, e canais abertos de MAR

7 RECURSOS E RESPONSABILIDADES

Para a gestão e execução das atividades relacionadas ao PEPI serão necessários recursos financeiros, materiais e uma equipe em sintonia, atendendo aos critérios de elegibilidade do programa e cumprindo as normas ambientais e sociais do BIRD. Os recursos financeiros estão assegurados dentro do âmbito do Projeto, além da contrapartida do próprio Estado, garantindo as condições necessárias para a efetiva implementação das atividades planejadas.

Os custos necessários à execução das atividades previstas neste PEPI serão estruturados por etapas, de acordo com as contratações de empresas e a execução progressiva dos contratos correspondentes. Inicialmente, durante a elaboração do PEPI, foi priorizada a utilização dos recursos materiais e humanos já disponíveis na Unidade Gestora do Projeto (UGP) e unidades executoras — SEIRH, CAGEPA e AESA. Contudo, há previsão orçamentária no PSHPB-2 para viabilizar a implementação e o monitoramento do PEPI ao longo da execução do Projeto.

É importante ressaltar que dentro do Componente 2 – Saneamento, o Subcomponente 2.3 – Expansão e Modernização do Tratamento na RMJP, originalmente previsto no PSH-PB, foi incorporado ao PSHPB-2. Entre seus produtos, prevê-se a elaboração e implementação do Plano de Reassentamento Involuntário (PRI) da ETE do Baixo Paraíba, em João Pessoa. Assim, os recursos materiais e humanos da consultoria já contratada para esse trabalho serão aproveitados no Projeto atual, garantindo continuidade e eficiência.

7.1 Recursos

Nesse contexto, os recursos para implementar as atividades de engajamento das partes interessadas ao longo de todo o ciclo do Projeto estão detalhados nos Quadros 8 e 9, que consolidam as responsabilidades institucionais e a estimativa necessária para sua execução.

Quadro 8 - Responsabilidades institucionais pela implementação e custos previstos por atividade para a execução do PEPI

Categoria	Atividades de Engajamento	Recursos Humanos	Recursos Materiais/serviços	Custo Estimado (R\$)	Responsável
Consultoria	Contratação de equipe de apoio ao PEPI (01 especialista social, 01 ambiental e 01 em comunicação)	Consultores individuais	Equipamentos de informática, softwares de gestão, despesas operacionais	270.000 anual	SEIRH
Consultas Públicas	Realização de consultas comunitárias (urbanas e rurais)	Equipe social, intérprete (se necessário)	Locação de espaço, transporte, som, material didático, <i>coffee-break</i>	5.000 por evento	SEIRH
Oficinas Socioambientais	Oficinas socioambientais com comunidades	Educadores sociais, técnicos ambientais	Kits pedagógicos, cartilhas, material gráfico	10.000 por oficina	CAGEPA
Comunicação e Divulgação	Produção de material de divulgação (cartilhas, panfletos, banners)	Designer gráfico, revisor	Impressão, diagramação, gráfica	25.000 anual	SEIRH/CAGEPA/ Empresas contratadas
Comunicação e Divulgação	Campanhas em rádio comunitária e mídias sociais	Jornalista, comunicador local	Spots de rádio, posts patrocinados	25.000 anual	SEIRH/CAGEPA
Grupos Vulneráveis	Consultas específicas com comunidades quilombolas/indígenas	Assistente social, tradutor	Logística diferenciada, material adaptado	5.000 por rodada	SEIRH/CAGEPA/ Empresas contratadas
Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR)	Implantação e manutenção do sistema	Analista social, técnico de TI	Linha telefônica gratuita, sistema automatizado no WhatsApp, formulários	10.000 inicial + 5.000 manutenções mensal	SEIRH
Monitoramento e Avaliação	Coleta de dados e relatórios (listas de presença, indicadores de gênero e participação)	Pesquisadores sociais, digitadores	Tablets, software de banco de dados, relatórios impressos	75.000 anual	SEIRH/CAGEPA/AE SA
Capacitação	Treinamento da equipe social e técnica	Consultor especializado	Material de capacitação, <i>coffee-break</i> , sala de treinamento	10.000 por treinamento	CAGEPA
Reserva Técnica	Contingências para demandas emergenciais	-	Fundo para demandas imprevistas	10% do orçamento total	SEIRH

Quadro 9 - Estimativa de Custos para as Atividades de Engajamento do PEPI- PSH2/PB

Categories de Orçamento	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Estimativa de Custo (R\$)
Consultoria (mensal)	12	22.500	270.000
Consultas Públicas	05	5.000	25.000
Oficinas Socioambientais	05	10.000	50.000
Comunicação e Divulgação (materiais)	05	5.000	25.000
Comunicação e Divulgação (rádio/mídias)	05	5.000	25.000
Grupos Vulneráveis	05	5.000	25.000
MAR (inicial)	01	10.000	10.000
MAR (manutenção)	12	5.000	60.000
Monitoramento e Avaliação	05	15.000	75.000
Capacitação	05	10.000	50.000
Subtotal	-	-	615.000
Reserva Técnica (10%)	01		61.500
Total Estimado (Subtotal + Reserva)			676.500

De acordo com o Quadro 9, estima-se um montante de R\$ 676.500,00 (seiscentos e setenta e seis mil e quinhentos reais) para a implementação do PEPI até a conclusão do PSHPB-2. É importante destacar que o valor destinado ao PEPI pode chegar até o montante de 1% do valor do Projeto, dessa forma, as estimativas de custos são passíveis de ajustes, à medida que se fizerem necessárias.

7.2 Funções e Responsabilidades

Caberá ao Governo do Estado da Paraíba e a seus órgãos competentes, sob a orientação e supervisão da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos, SEIRH, por meio da UGP, realizar os encaminhamentos necessários aos processos de Engajamento das Partes Interessadas, no âmbito da implementação do PSHPB-2.

A elaboração do PEPI se deu através da colaboração entre a SEIRH, a CAGEPA e a AESA e, para a sua implementação, será necessária a integração entre esses órgãos, garantindo

transparência, participação social, gestão socioambiental eficiente e cumprimento das normas do Banco Mundial e da legislação federal, estadual e municipal aplicável.

Considerando as experiências mencionados anteriormente, antevê-se cenário organizacional, no qual as funções e responsabilidades encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 10 - Responsabilidade das instituições diretamente envolvidas com o Projeto

Instituição	Tipo	Responsabilidade principal	Pontos de engajamento
SEIRH (Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos)	Coordenador do Projeto	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação geral como UGP do Projeto. Articulação institucional com CAGEPA, AESA, SUDEMA, prefeituras e Banco Mundial. Supervisão das ações socioambientais e de engajamento. Contratação de consultorias especializadas (socioambiental, barragens, comunicação). 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões interinstitucionais trimestrais. Relatórios semestrais de engajamento. Divulgação estadual dos resultados.
CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba)	Executor/ Técnico	<ul style="list-style-type: none"> Engajamento direto com comunidades afetadas, lideranças locais e trabalhadores. Operação do Mecanismo de Reclamações (MAR). Execução de programas de educação sanitária e ambiental. Comunicação contínua sobre obras (adutora, ETE, setorização, PPPs). Mitigação de impactos temporários (ruído, trânsito, supressão de vegetação). Gestão fiduciária e relatórios ao Banco Mundial. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões comunitárias periódicas. Consultas públicas. Oficinas socioambientais e campanhas educativas.
AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba)	Executor/ Técnico	<ul style="list-style-type: none"> Gestão dos recursos hídricos relacionados ao Projeto. Fiscalização da segurança de barragens (Gramame e Mamuaba) Cobrar a confecção e a operação dos planos de O&M. Apoio no monitoramento hidrometeorológico e de riscos climáticos. Articulação com Comitês de Bacia, irrigantes e agricultores familiares. Fornecimento de dados técnicos e relatórios socioambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Consultas técnicas com Comitês de Bacia e usuários de água. Divulgação pública de informações sobre barragens e monitoramento hídrico. Participação em reuniões interinstitucionais semestrais.

8 MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES

O Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) é um instrumento essencial do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) para garantir transparência, participação e resposta efetiva às demandas das partes interessadas, fortalecendo a gestão socioambiental do PSHPB-2.

O mecanismo está em conformidade com o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial (QAS) e com a Norma Ambiental e Social nº 10 - NAS 10, que estabelece as diretrizes para o engajamento efetivo das partes interessadas e o tratamento adequado de reclamações.

Seu objetivo é registrar, analisar e responder de forma oportuna, eficiente e confidencial às manifestações relacionadas a impactos sociais, ambientais ou institucionais decorrentes do Projeto. O sistema possibilita que qualquer pessoa ou comunidade afetada apresente queixas, denúncias ou sugestões, promovendo o diálogo e a solução consensual de conflitos.

As manifestações podem ser encaminhadas pelos seguintes canais de acesso:

- SEIRH (MAR do PSHPB-2): a ser implementado
- Ouvidoria Geral do Estado: <https://ouvidoria.pb.gov.br> | 0800 021 2310 | ouvidoriageral@casacivil.pb.gov.br
- CAGEPA: <http://www.cagepa.pb.gov.br/ouvidoria-registro-consulta/> | ouvidoria@cagepa.pb.gov.br | 115 | WhatsApp (83) 98198-4495
- AESA: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/> | WhatsApp (83) 99333-2831

As reclamações são analisadas pela equipe socioambiental e acompanhadas até sua resolução. O prazo médio de resposta é de 15 dias úteis, podendo chegar a 30 dias em casos complexos, conforme a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Os dados do MAR são monitorados da seguinte maneira: as Unidades Executoras serão responsáveis por captar e registrar as demandas decorrentes de cada contratação e de seus respectivos canais de ouvidoria, encaminhando-as mensalmente à UGP. A UGP realizará a

consolidação dos dados e incluirá essa informação dentro do relatório semestral para envio ao Banco, ressalvadas as demandas urgentes, que deverão ser comunicadas ao Banco em até 48 horas.

As manifestações relacionadas à Exploração e Abuso Sexual (EAS) ou Assédio Sexual (AS) terão tratamento prioritário, seguindo protocolos específicos de confidencialidade, proteção e encaminhamento. Ao receber uma denúncia, a Ouvidoria ou o canal do Projeto realizará triagem qualificada, verificando a pertinência, e suficiência das informações e eventuais riscos imediatos à vítima ou à comunidade. Confirmada a relevância, o caso será encaminhado às autoridades competentes, assegurando o cumprimento da legislação nacional, a proteção das vítimas e a confidencialidade dos dados.

Os editais, contratos e instrumentos do Projeto incluirão cláusulas específicas sobre EAS/AS, prevendo penalidades, medidas corretivas e procedimentos de resposta, em conformidade com a legislação brasileira e as diretrizes internacionais de prevenção à violência baseada em gênero.

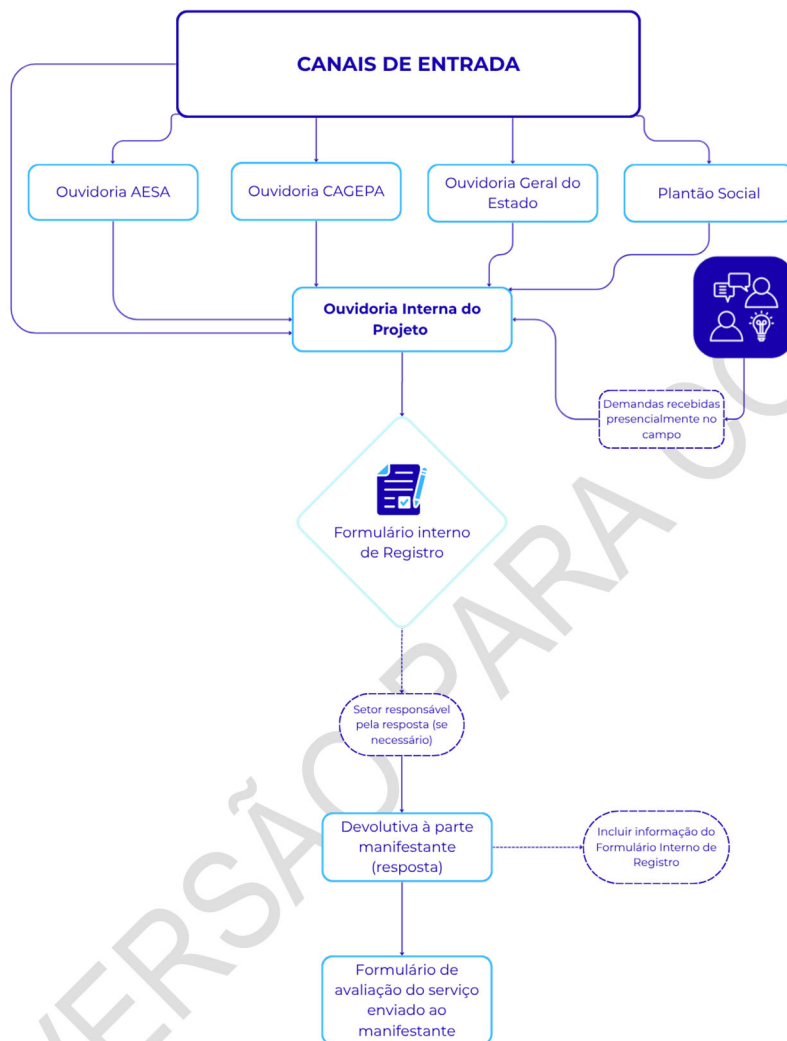
Em caso de insatisfação com a resposta obtida, o reclamante poderá recorrer à Ouvidoria Geral do Estado (OGE) <https://ouvidoria.pb.gov.br>, à Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB) (<https://arpb.pb.gov.br/ouvidoria>), à Defensoria Pública (<https://www.defensoria.pb.def.br>) ou ao Ministério Público Estadual e Federal.

Além desses canais, comunidades e cidadãos que se sintam adversamente afetados por projetos apoiados pelo Banco Mundial podem apresentar queixas diretamente ao Mecanismo de Reparação de Queixas (*Grievance Redress Service – GRS*), que assegura a análise tempestiva das manifestações relacionadas à execução do Projeto. O GRS pode ser acessado em: <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>. Caso as respostas fornecidas não sejam satisfatórias, os reclamantes também podem recorrer ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, disponível em: <http://www.inspectionpanel.org>.

O MAR é um componente estruturante da governança do Projeto, promovendo transparência, confiança e correção de rumos durante a execução do PSHPB-2. O fluxograma do MAR pode

ser observado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Fluxograma do Mecanismo de Atendimento e Reclamação



8.1 Publicização

Para assegurar a ampla divulgação, o Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) será divulgado nas páginas oficiais do Projeto mantidas dentro dos sites da SEIRH, CAGEPA e AESA, com instruções e informações para acesso pelas partes interessadas. A divulgação também será realizada de forma ampla nas redes sociais dessas instituições.

Além disso, para públicos sem acesso à internet ou que, por qualquer motivo, não consigam acessar o site, os contatos do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR) serão disponibilizados em placas e todos os demais materiais de divulgação do Projeto.

9 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS

O Projeto PSHPB-2 prevê, em seu Componente 3 – Gestão do Projeto, o fortalecimento da capacidade técnica e administrativa da Unidade Gestora do Projeto (UGP), assegurando um gerenciamento eficaz e a implementação integrada das ações, com foco na execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação de todas as etapas do Programa.

Com base nas informações obtidas por meio do monitoramento e da avaliação, o PEPI será anualmente revisado e atualizado, conforme necessário ao longo da implementação do projeto.

O processo de monitoramento e avaliação será contínuo e articulado entre a SEIRH, a CAGEPA e a AESA, garantindo que as informações sobre o desempenho socioambiental, a execução das ações de engajamento e o atendimento das demandas da população estejam devidamente sistematizadas, analisadas e reportadas ao Banco Mundial e às partes interessadas.

9.1 Monitoramento e avaliação

O monitoramento do PEPI se baseará em indicadores quantitativos e qualitativos que permitam aferir o alcance dos objetivos propostos, identificar desafios e propor medidas corretivas, convenientes e pontuais.

Para assegurar a efetividade e a integração dos resultados, serão adotadas três dimensões complementares de monitoramento, coordenadas de forma articulada entre a SEIRH, a CAGEPA e a AESA:

a) Monitoramento Institucional – Coordenado pela SEIRH.

Responsável pela consolidação dos dados, análise dos resultados e elaboração dos relatórios de desempenho do PEPI.

- Assegura a compatibilidade dos resultados com os marcos ambientais e sociais acordados com o Banco Mundial, bem como o cumprimento do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS).
- Realiza a supervisão técnica e financeira das ações socioambientais, integrando as informações provenientes da CAGEPA e da AESA.
- Coordena a atualização periódica dos instrumentos de gestão e supervisiona a execução das medidas de engajamento e comunicação social.

b) Monitoramento Técnico e Operacional – Conduzido pela CAGEPA.

Abrange o acompanhamento das ações de campo relacionadas ao engajamento comunitário, à realização de consultas públicas, oficinas participativas e campanhas socioeducativas.

- Inclui a operação do Mecanismo de Atendimento a Reclamações (MAR), garantindo o registro, o tratamento e a resolução das demandas e manifestações das comunidades afetadas.
- Avalia indicadores de eficiência, frequência e efetividade das ações de engajamento junto às populações beneficiárias.
- Assegura a participação contínua e informada das partes interessadas durante todas as fases de implementação do projeto.

c) Monitoramento de Recursos Hídricos e Segurança de Barragens – Responsabilidade da AESA.

Compreende o acompanhamento das condições operacionais e da fiscalização segurança das barragens Gramame e Mamuaba, além da integração dos dados hidrometeorológicos e hídricos no sistema de informações do Projeto.

- Garante o cumprimento das disposições da Lei nº 12.334/2010, da Lei nº 14.066/2020 e da Norma Ambiental e Social 4 (NAS 4) do Banco Mundial, com atenção especial aos planos de operação e manutenção (O&M), instrumentação e planos de ação de emergência (PAE).

- Promove a divulgação pública dos resultados de segurança e o engajamento de instituições estratégicas, como os Comitês de Bacia Hidrográfica e a Defesa Civil Estadual.
- Integra informações técnicas ao sistema de monitoramento coordenado pela SEIRH, assegurando transparência e rastreabilidade dos dados de segurança hídrica.

9.2 Participação das partes interessadas

Dentro do processo de monitoramento e avaliação do projeto, as partes interessadas serão ouvidas, por meio de coletas de dados primários como entrevistas, questionários, observação, entre outros. Além disso, suas manifestações formais por meio dos canais de atendimento a reclamação serão consideradas para os esforços de monitoramento e avaliação do projeto.

A coordenação do Programa também coletará junto às equipes dos subcomponentes dados para avaliação constante da implementação, resultados, gestão e percepção das pessoas afetadas. Para isso, diferentes estratégias poderão ser utilizadas, tais como uso de formulários eletrônicos, WhatsApp, e-mail e outros meios de comunicação, realização de avaliações antes e após encontros, capacitações, condução de grupos focais e outras metodologias, incluindo o apoio dos pontos focais, para que haja ampla participação nesse processo.

A participação das partes interessadas no monitoramento será assegurada por meio de mecanismos de diálogo contínuo e consultas periódicas, em especial:

- Consultas semestrais com comunidades afetadas e lideranças locais para apresentar resultados e ouvir sugestões;
- Audiências públicas ou reuniões ampliadas em marcos críticos do projeto (início e conclusão de obras principais);
- Pesquisas de percepção social e satisfação junto aos beneficiários diretos;
- Envolvimento de grupos vulneráveis e minorias sociais (mulheres chefes de família, idosos, pessoas com deficiência, povos tradicionais e agricultores familiares) com metodologias adaptadas à sua realidade;

- Divulgação dos resultados em linguagem acessível, utilizando rádios comunitárias, redes sociais, portais institucionais e cartilhas impressas.

9.3 Indicadores

Os indicadores de monitoramento e avaliação do PSHPB-2 serão estruturados com o propósito de aferir, de forma sistemática, os resultados alcançados no atendimento das demandas das comunidades e na incorporação das percepções dos beneficiários diretos. Esse processo contemplará também a análise da efetividade do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI), assegurando que a participação social seja inclusiva, transparente e representativa.

A definição detalhada desses indicadores será consolidada ao longo da execução do projeto, de forma dinâmica e ajustável às especificidades identificadas em campo. Serão utilizados parâmetros indicativos de representatividade, tais como a proporção de mulheres, jovens e membros de grupos em situação de vulnerabilidade (ex.: comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas) nos processos de consulta e participação.

A mensuração ocorrerá de forma contínua, por meio de registros de presença, relatórios de campo e sistemas de monitoramento, enquanto o reporte consolidado dos resultados será realizado anualmente nos Relatórios de Progresso. Estes documentos trarão dados detalhados por gênero, faixa etária e condição de vulnerabilidade, garantindo a transparência e a inclusão social no acompanhamento do PSHPB-2, bem como a melhoria contínua da gestão social do projeto.

Dessa maneira, o Quadro 11 apresenta os principais indicadores propostos para medir o desempenho do PEPI, a efetividade das ações de engajamento e a inclusão social.

Quadro 11 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação do PEPI

Eixo de Monitoramento	Indicadores	Frequência	Responsável Principal
Engajamento Comunitário	Nº de reuniões comunitárias realizadas	Trimestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Nº de participantes (homens/mulheres)		
	Taxa de satisfação das partes interessadas		
Comunicação e Transparência	Nº de materiais informativos produzidos e distribuídos	Semestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Atualizações no site do Projeto		
	Alcance das campanhas nas mídias locais		
Mecanismo de Reclamações (MAR)	Nº de reclamações recebidas e resolvidas	Trimestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Tempo médio de resposta		
	Grau de satisfação das respostas		
Segurança de Barragens	Relatórios de inspeção emitidos	Semestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Planos de O&M e PAE atualizados		
	Nº de reuniões com Comitês de Bacia		
Equidade Social e Gênero	Participação de mulheres, jovens e grupos vulneráveis nas atividades	Semestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Percentual de beneficiários (as) da tarifa social de água e esgoto, desagregado por gênero		
	Nº de capacitações com enfoque de gênero e inclusão		
Educação Socioambiental	Nº de oficinas e campanhas realizadas	Trimestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Nº de escolas e comunidades envolvidas		
Governança e Cooperação institucional	Nº de reuniões interinstitucionais realizadas	Trimestral	SEIRH/CAGEPA/AESA
	Cumprimento de metas do PEPI		
	Atualização dos relatórios de progresso		

O Banco Mundial recomenda que a perspectiva de gênero seja tratada de forma transversal no PSHPB-2, a fim de assegurar que mulheres e homens se beneficiem de maneira equitativa das ações implementadas.

Nesse sentido, a incorporação de indicadores de gênero ao processo de monitoramento e avaliação do PEPI permite mensurar lacunas existentes, acompanhar a efetividade das medidas de inclusão e promover ajustes que garantam maior equidade.

9.4 Relatórios

Os resultados do monitoramento serão consolidados em relatórios periódicos, garantindo transparência e retroalimentação do processo de gestão socioambiental.

Relatórios semestrais serão elaborados pela equipe da UGP do PSHPB-2, com o objetivo de registrar e avaliar a execução das ações previstas no PEPI. Esses relatórios apresentarão informações detalhadas sobre as atividades de comunicação e engajamento realizadas, incluindo a divulgação de conteúdos institucionais, a mobilização das partes interessadas e o acompanhamento das manifestações recebidas.

Os documentos também trarão dados consolidados sobre a quantidade e a natureza das interlocuções estabelecidas por meio dos diferentes canais de comunicação previstos, assegurando a transparência do processo e permitindo o monitoramento contínuo da efetividade das estratégias de participação social no âmbito do Projeto.

9.4.1 Relatórios Internos

- **Relatórios Trimestrais de Progresso:** elaborados pela CAGEPA e AESA, encaminhados à SEIRH com informações sobre ações de engajamento, indicadores sociais e ambientais, e funcionamento do MAR.
- **Relatórios de Supervisão:** a SEIRH consolidará as informações em formato padronizado, encaminhando ao Banco Mundial os resultados gerais do monitoramento e da execução do PEPI.

9.4.2 Relatórios Públicos e Devolutivas

- **Relatórios Semestrais de Engajamento:** divulgados nos portais institucionais da SEIRH, CAGEPA e AESA, em linguagem acessível, apresentando o andamento das ações, desafios e resultados alcançados.
- **Boletins de Comunicação Social:** resumos simplificados dos principais marcos e resultados do PEPI, divulgados por meio de rádios comunitárias, redes sociais e eventos locais.
- **Relatório Final de Avaliação Participativa:** ao término do projeto, será elaborado com base nas contribuições das partes interessadas e lições aprendidas, servindo de referência para futuras intervenções.

VERSÃO PARA CONSULTA

ANEXOS

ANEXO 1 - Partes interessadas, instrumentos e momentos de engajamento

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
INSTITUIÇÕES DO NÚCLEO DE FINANCIAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO				
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	Financiador do empréstimo para o aporte dos recursos públicos necessários à execução do Projeto	O Projeto tem interfaces com iniciativas nacionais e internacionais. Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos resultados alcançados.	P	alto
Governo Federal Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda	Garantidor do empréstimo (operação de crédito externa) Analista do enquadramento fiscal para obtenção da operação de crédito externo.	O Projeto tem interfaces com iniciativas nacionais. Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos resultados alcançados.	P	alto
SEIRH - Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos da Paraíba	Elaboração, implementação e monitoramento do projeto.		P; ID	alto
CAGEPA	Elaboração, implementação e monitoramento do Projeto.	O Projeto tem interfaces com iniciativas nacionais. Desenvolvimento técnico-científico e aprendizado mútuo a partir dos resultados alcançados.	P	alto
AESA - Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba	Elaboração, implementação e monitoramento do projeto		P; ID	alto

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Governo do Estado SEFAZ - Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba	Responsável por assegurar os recursos financeiros da contrapartida do Estado	Fortalecimento da instituição junto ao estado.	P	alto
Governo do Estado SEPLAN - Secretaria do Planejamento do Estado da Paraíba	Responsável por assegurar o orçamento da contrapartida do Estado	Fortalecimento da instituição junto ao estado.	P; ID	alto
INSTITUIÇÕES DE ORGANIZAÇÃO/REPRESENTAÇÃO DO PÚBLICO DO PROJETO				
Comitês de Bacias Hidrográficas do estado da Paraíba	Representação social local, interesse no controle social, acompanhamento e deliberação das ações nos territórios.	Fortalecimento dos CBHs, garantias de devolutivas ao "chão da bacia" a partir das melhorias geradas pelas ações contribuintes para a evolução dos instrumentos de gestão de recursos hídricos	P	alto
Comitê Estadual de Recursos Hídricos	Representação social local, interesse no controle social, acompanhamento e deliberação das ações nos territórios.	Fortalecimento dos conselhos, garantias de devolutivas ao "chão da bacia" a partir das melhorias geradas pelas ações contribuintes para a evolução dos instrumentos de gestão de recursos hídricos	P	alto

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Usuários de água (outorgados)	Representação social local	Usuários de água são diretamente afetados pelas melhorias na gestão, implica em eficiência na cobrança e no investimento dos recursos financeiros para as bacias hidrográficas, maior sensibilidade institucional nos processos de outorga, garantindo a maior quantidade possível de água para o usuário (a partir das aquisições do PSH II que visam contribuir com a tomada de decisão dos gestores). Segurança para qualidade e quantidade de água, a partir do enquadramento, política de reuso, projeto piloto, melhoria do monitoramento superficial e subterrâneo.	P	alto
Associações e cooperativas de povos indígenas	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II; AI	moderado
Grupos de movimentos Sociais	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II	alto
Associações de Bairros	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II	alto

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Organizações não governamentais	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II	alto
Sindicatos	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II	alto
Associações e cooperativas quilombolas	Interesse em ações que promovam o reconhecimento territorial, geração de renda, acesso à infraestrutura básica e produtiva, e fortalecimento da organização social e cultural.	Fortalecimento institucional além de melhoria nas condições sociais e produtivas.	II; AI	moderado
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II	alto
Pessoas que cujo terreno será alvo de desapropriação nos municípios respectivos da execução	Receber as ações do Plano de Remoção e reassentamento, tais como as medidas de remoção, indenizatórias e de assistência.	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	AD; ID	alto
Cooperativas e Empreendimentos solidários	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	II; AI	alto

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Associações e cooperativas de marisqueiras e pescadores artesanais	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	ID; AD	alto
Indivíduos afetados com desapropriação de áreas	Liberação das áreas necessárias	Perda de área e recebimento de indenização financeira	ID; AD	alto
População das proximidades das obras nos municípios	Parceiras para a mobilização e o diálogo para a construção de propostas de ações junto aos grupos sociais que representam e que serão beneficiários diretos do Projeto	Fortalecimento institucional por meio de conquistas concretas para os grupos que representam.	ID; AD	alto
INSTITUIÇÕES EM GERAL DE INTERESSE NO PROJETO				
INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS				
Prefeituras Municipais da RMJP	Ações diversas de apoio aos empreendimentos. Apoio com infraestruturas e apoio ao licenciamento ambiental, caso necessário	fortalecimento institucional e político	ID	médio
Secretarias Municipais de Meio Ambiente da RMJP	Licenciamento ambiental dos sistemas de abastecimento de água	Fortalecimento institucional na medida em que são reconhecidos em seu papel regulador	II	alto
Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania da RMJP	Ações diversas de apoio ao Projeto	Fortalecimento institucional	II	baixo

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Secretarias de Desenvolvimento Urbano da RMJP	Ações diversas de apoio ao Projeto	Fortalecimento institucional	II	baixo
Secretarias Municipais de Saúde da RMJP	Ações diversas de apoio ao Projeto	Fortalecimento institucional	II	baixo
INSTITUIÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL				
SUDEMA - Superintendência de Administração do meio Ambiente	Licenciamento ambiental dos sistemas de abastecimento de água	Fortalecimento institucional na medida em que são reconhecidos em seu papel regulador	II	alto
SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão	Responsável pela coordenação de políticas públicas, apoio administrativo e técnico ao Governador, e articulação com outros poderes e a sociedade civil para a execução das ações governamentais.	Fortalecimento institucional	II	médio
EMPAER - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária	Responsável prestar assistência técnica e estender serviços e conhecimentos ao homem do campo, melhorando a produtividade, a renda e a qualidade de vida das famílias rurais.	Fortalecimento institucional	II	médio
SEMAS - Secretaria do Meio Ambiente	Parceira em questões ambientais	Fortalecimento institucional	II	baixo
SEE - Secretaria do Estado da Educação da Paraíba (Escolas Estaduais)	Responsável por planejar, executar e monitorar a política educacional estadual, abrangendo a gestão de escolas, a formação de professores, a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes na rede pública.	Fortalecimento institucional	II	alto

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	Estimular a complementaridade de políticas públicas de Desenvolvimento Social	Fortalecimento institucional	II	baixo
INSTITUIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL				
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas	Orientações e apoio para implantação de Projetos em reservas indígenas	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	II	médio
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Orientações e apoio para implantação de Projetos em áreas protegidas ou em suas zonas de amortecimento	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	II	médio
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Em casos de achados arqueológicos, se faz necessário o estudo por parte do IPHAN. Ações de divulgação da ocorrência para todas as partes interessadas	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	II	médio
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	termos de anuência para implantação ou passagem de estruturas em rodovias federais	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	II	baixo
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Fomento ao desenvolvimento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.	Fortalecimento dos instrumentos de gestão de recursos	II	baixo
PODER JUDICIÁRIO				
Comarcas do Tribunal de Justiça da Paraíba	desapropriação por utilidade pública	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	II	alto

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO FUNDAMENTAL NO PROJETO	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA	INTERESSE E TIPO DE INFLUÊNCIA NO PROJETO *	GRAU DE INFLUÊNCIA DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJETO
				alto médio baixo
Cartórios de Registro de Imóveis	instrução documental para confirmação propriedade	Fortalecimento institucional e aumento de demandas	II	alto
INSTITUIÇÕES PRIVADAS				
Instituições Religiosas	mobilização social	Fortalecimento institucional	II	médio
ONGs Ambientalistas	mobilização social e educação ambiental	fortalecimento institucional	II	médio
INSTITUIÇÕES DE IMPRENSA E INFLUENCIADORES EM REDES SOCIAIS				
Rádios da capital e de alcance estadual	Divulgação de ações e eventos do Projeto	conteúdo pronto para publicação, maior conhecimento da pauta.	II	médio
Blogs e sites da capital e de alcance estadual	Divulgação de ações e eventos do Projeto	conteúdo pronto para publicação, maior conhecimento da pauta.	II	médio
Jornais da capital e de alcance estadual	Divulgação de ações e eventos do Projeto	conteúdo pronto para publicação, maior conhecimento da pauta.	II	médio

***Legenda:**

P= Participam na implementação e coordenação do projeto; **ID=** Influenciam diretamente a implementação do projeto; **II =** Influenciam indiretamente a implementação do projeto; **DA=** Diretamente afetados pelos resultados do projeto; **IA=** Indiretamente afetados pelos resultados do projeto.